

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A agência das mulheres na Guiné do Cabo Verde entre o fim do século XVI e o início do XVII no contexto de hibridismo cultural

Camille Johann Scholl

Porto Alegre
2013.

Camille Johann Scholl

A agência das mulheres na Guiné do Cabo Verde entre o fim do século XVI e o início do XVII no contexto de hibridismo cultural

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em história.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre,
2013.

Camille Johann Scholl

A agência das mulheres na Guiné do Cabo Verde entre o fim do século XVI e o início do XVII no contexto de hibridismo cultural

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em história.

José Rivair Macedo – Orientador (UFRGS)

Mara Cristina de Matos Rodrigues (UFRGS)

Natalia Pietra Méndez (UFRGS)

Porto Alegre
2013.

RESUMO

Esta pesquisa trata sobre a agência das mulheres dentro do contexto dos encontros afro-atlânticos na região da Guiné do Cabo Verde, mostrando como se processou a formação de uma sociedade que tem como característica o hibridismo cultural, na passagem do século XVI para o XVII. As fontes utilizadas foram o “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde”, escrito pelo Capitão e Prático da Guiné André Álvares D’Almada, em 1594 e a documentação administrativa do Império Português na África que compõe a “Monumenta Missionária Africana” e a “Portugaliae Monumenta Africana”. A pesquisa tem como argumento que a agência das mulheres se deve às características legadas das sociedades autóctones, ao perceber a permanência de lógicas tradicionais africanas, em específico, a matrilinearidade, dentro de uma sociedade afro-portuguesa, defendendo essa como uma forma de protagonismo africano.

Palavras-chave: Guiné do Cabo Verde, mulheres, hibridismo cultural.

ABSTRACT

This research is about women's agency in the context of afro-atlantic meetings in Guinea of Cape Verde, showing how was processed the formation of a society characterized by the process of cultural hybridity, during the passage of the 16ths to the 17 ths. The historical sources used were "The Brief Treatise on the rivers of Guinea", written by the Capitain and pilot André Álvares D'Almada, in 1594 and also the administrative documentation of the Portuguese Empire in Africa which composes the "Monumenta Missionária Africana" and "Portugaliae Monumenta Africana". This research defends that the women's agency is due to the particulars inherited from autochthonous societies, matrilinearity in specific , and notices the continuities of this African tradicional logics in afro-portuguese society and defends that as a way of african role.

Key-Words: Guinea of Cape Verde, women, cultural hybridity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A GUINÉ DO CABO VERDE DENTRO DO “ATLÂNTICO FEMININO” E AS FONTES DE PESQUISA.....	8
2.1 ALMADA E O SEU TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ.....	9
3. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE NO CONTEXTO DE HIBRIDISMO CULTURAL QUE CARACTERIZA A REGIÃO.....	11
3.1. UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL: A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE.....	11
3.2. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE A PARTIR DAS FONTES.....	13
3.3. MOSAICO DE ETNIAS: GUINÉ DO CABO VERDE.....	14
3.4. OS EUROPEUS NA GUINÉ DO CABO VERDE.....	16
3.5. A PRESENÇA PORTUGUESA NA GUINÉ DO CABO VERDE.....	19
3.6. UMA SOCIEDADE DE HIBRIDISMO CULTURAL.....	23
4. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE E OS ESPAÇOS EM QUE TRANSITAM.....	27
4.1. A MULHER NO ESPAÇO DA TABANCA.....	29
4.1.1. Uma discussão conceitual necessária: a questão da matrilinearidade, matriarcado e matrilocidade.....	29
4.2. A MULHER NO ESPAÇO DAS PRASAS.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho versa sobre os encontros afro-atlânticos na região da Guiné do Cabo Verde, mostrando como se processou a formação de uma sociedade que tem como característica o hibridismo cultural, na passagem do século XVI para o XVII. Mais especificamente, a investigação consistiu na busca da agência das mulheres dentro desse contexto.

A pesquisa articula três categorias fundamentais para o entendimento dos processos históricos analisados: hibridismo cultural, agência e mulheres. De forma que a questão central do trabalho se constitui na busca da relação entre a agência das mulheres e o contexto de hibridismo cultural que caracteriza a região.

No transcorrer dos estudos, a primeira hipótese da pesquisa se construiu a partir da percepção de que foi dentro das relações fluídas e indeterminadas que caracterizam uma sociedade de hibridismo cultural, onde teriam se constituído espaços, “zonas estranhas”¹, em que a improvisação venceu a norma e o costume, ou seja, os vínculos que ligaram os africanos e portugueses foram profundamente marcados por indeterminações, precariedades e improvisações, em um contexto comercial com uma difusa fronteira entre o lícito e o ilícito. Então, seria dentro desses espaços vagos que os indivíduos marginais, no caso, as mulheres teriam sua capacidade agencial possível. Dessa maneira, essa pesquisa enfatiza a discussão da categoria “hibridismo cultural”.

Ao longo da pesquisa, ao buscar maiores informações sobre as sociedades africanas que ocupavam a região e suas lógicas tradicionais, procurando ver os elementos culturais autóctones que permaneceram na sociedade híbrida, foi possível perceber que um destes, que se relacionava diretamente com a questão das mulheres, é a matrilinearidade, característica tradicional da organização das sociedades africanas que ocupavam a região e que marcava presença nas fontes. De igual forma, foi detectada a permanência de elementos matrilineares na constituição da sociedade de caráter híbrido, em especial dentro das relações familiares, onde os portugueses, por serem o elemento alóctone na família, tiveram de se adaptar às lógicas tradicionais africanas. Dessa maneira, a questão da matrilinearidade na sociedade híbrida se tornou a questão condutora e chave explicativa para compreender a agência das mulheres neste contexto.

¹GRUZINSKI, Serge. O Pensamento Mestiço. São Paulo. Cia das Letras. 2001.

Dentro desta perspectiva, a pesquisa foi em consonância com a proposta de Havik (2008), que afirma que é positivo para a análise das questões de gênero na África que se combinem as tradições históricas e antropológicas², propondo um olhar interdisciplinar sobre o estudo das fontes.

Outro ponto a ser citado, relativo à questão das fontes, é a natureza das mesmas para a produção de uma história do continente africano. Pois, as fontes escritas disponíveis foram, em geral, produzidas pelo e para o colonizador, abarcando consigo os diferentes filtros ocidentais ao retratar o africano. Ao trabalhar na perspectiva de buscar os africanos nestas fontes, deslocando-se dos paradigmas eurocêntricos, é necessário um esforço de utilizar os mais variados recursos disponíveis, as mais diversas fontes, para que o intento possa ser realizado e que as invisibilidades possam ser superadas.

Nesse sentido, o trabalho apresentou um duplo desafio, que foi a busca incessante de recuperar os africanos e suas lógicas tradicionais nas fontes, assim como buscou ver as mulheres, sabendo que ocupam espaços menores ainda, nas fontes em geral. E, junto a isso, estas estão retratadas por homens, em relatos permeados de valores que delegam à mulher espaços subordinados.

Outra questão importante a ser explicitada é a das nomenclaturas. Pois no momento em que se estudam os povos africanos, que provém de uma tradição oral e foram inscritos nas fontes escritas por outsiders de sua cultura, diferentes grafias podem significar um mesmo elemento³. Como será apresentado no trabalho, a região da Guiné do Cabo Verde pré-colonial foi caracterizada como sendo um “mosaico de etnias”, onde diversos povos com identidades, línguas e organizações conviveram. Foi importante ter o conhecimento possível dessa pluralidade pré-colonial, pois a partir disso, foi possível notar nas fontes os povos autóctones e suas lógicas próprias.

Sobretudo, este trabalho se propõe a fazer uma leitura da agência africana, buscando valorizar a história do continente e de sua pluralidade étnica, procurando quebrar com estereótipos simplistas, reducionistas e pejorativos com relação ao campo dos estudos africanos, apesar das dificuldades para o intento, em especial com relação às fontes.

2 É interessante uma assertiva de Detienne (2008): “*Há muito tempo historiadores e etnólogos se conheceram e andam juntos. Observam-se, se tocam, às vezes trocam alguma coisa, ou uma fórmula que dá a agradável sensação de se pensar diferentemente. O belo olhar distante da antropologia perturba, seduz a história, ainda mais se de repente, em seu espelho, uma bela manhã, ela não se vê com boa aparência, um pouco menos bela, um pouco mais dura. Entre os dois saberes, trata-se mais frequentemente de um flerte, raramente de uma história.*” (p.20)

³ Por exemplo, os povos Jalofos podem ser grafados como *Wolof* ou *Uólofes*.

2. A GUINÉ DO CABO VERDE DENTRO DO “ATLÂNTICO FEMININO” E AS FONTES DE PESQUISA

O espaço que essa pesquisa estuda é a Guiné do Cabo Verde da virada do século XVI ao XVII. Este compreende a África Atlântica entre o rio Senegal e a chamada “Serra Leoa”. Foi denominada, neste período, por “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné”, “Rios do Cabo Verde”, “Cabo Verde” e “Guiné”, significantes que podiam corresponder todos a uma mesma categoria de representação.

O recorte específico deste trabalho se constitui em torno de uma questão relacionada ao “Atlântico Feminino”⁴ e se insere em uma historiografia ainda pouco explorada. Havik (2002), que tem sua trajetória no estudo das questões de gênero no espaço que compreende a Guiné⁵, afirma que é preciso que a história social dos encontros afro-atlânticos seja estudada com mais detalhes assim como é necessário ler e recuperar a documentação dos arquivos e os relatos de viagem com vias de suprimir lacunas nos escritos históricos.

Ao buscar essa documentação para realizar a pesquisa, fontes de diferentes naturezas foram analisadas. O primeiro tipo de fonte foi uma narrativa cujo nome é “*Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde desde os Rios de Sanagá até aos Baixos de St.^a Ana; de todas as Nações de Negros que há na dita Costa, e de seus Costumes, Armas, Trajes, Juramentos e Guerras*”, escrito pelo Capitão e Prático da Guiné André Álvares D’Almada, em 1594. O segundo tipo de fonte utilizado foi a documentação administrativa do Império Português na África, no século XVI, que compõe a “*Monumenta Missionária Africana*”⁶ e a “*Portugaliae Monumenta Africana*”⁷.

Ao utilizar estas fontes com o intento de resgatar a história das mulheres na região da Guiné do Cabo Verde e a sua agência dentro dos processos históricos do período, o cruzamento dos dados analisados dentro da narrativa e da documentação administrativa foi

4Autores como Phillip Havik, Selma Pantoja e Charles Boxer designam a história das mulheres nos espaços atlânticos conceituando estes como um “Atlântico Feminino”.

⁵Philip Havik tem uma vasta produção acadêmica no estudo da história das mulheres na região da Guiné, em diferentes temporalidades. É o mais referenciado especialista na área.

⁶ *Monumenta Missionária Africana* consiste em um conjunto de documentos administrativos da presença lusa, nas denominadas “Missões Africanas” (Brásio, v. 3, pg 5) em diferentes espaços da África, formada por dez volumes com documentos escolhidos e codificados pelo Padre Antônio Brásio, publicado em 1955, em Lisboa. Os volumes utilizados foram o 3 e 4. Segundo a visão do autor, no prólogo do volume 3 que finda os documentos do século XVI, esses são “os pergaminhos fundamentais da história das cristandades afro-ocidentais, ficaram arquivados nessas páginas”, que foram resgatados de arquivos portugueses, espanhóis e romanos.

⁷ *Portugaliae Monumenta Africana*. Projeto “Pequena Nobreza e ‘nobreza da terra’ na construção do Império: os arquipélagos atlânticos” e Centro de História – IICT. Organização eletrônica: Miguel Jasmins Rodrigues. Lisboa, 2010.

essencial, a fim de que seja possível obter o máximo de informações acerca dos encontros afro-atlânticos em questão e, em especial, da tão escassa presença feminina nas fontes, que quando percebida, é na forma de uma pequena menção que não trata diretamente das mulheres, mas de outros fatos que tal se encontra relacionada. Dessa maneira, as pequenas informações, retiradas tanto dos documentos administrativos, quanto da narrativa do relato de viagem, são preciosas para a análise.

2.1. ALMADA E O SEU TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ

O *“Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde desde os Rios de Sanagá até aos Baixos de St.^a Ana; de todas as Nações de Negros que há na dita Costa, e de seus Costumes, Armas, Trajes, Juramentos e Guerras”* foi escrito pelo Capitão e Prático da Guiné André Álvares D’Almada em 1594.

O Capitão, natural de Santiago de Cabo Verde e filho de uma mestiça e de pai branco, portanto, um mestiço, apresenta em sua obra elementos muito valiosos para o estudo da faixa do terreno africano que compreende a Guiné do Cabo Verde na passagem do século XVI para o XVII.

Almada expõe no prólogo que a intenção de sua obra é resultado de sua vontade de escrever “algumas cousas” dos Rios da Guiné do Cabo Verde porque “destas partes sabia honestamente”⁸.

Essa fonte é caracterizada como uma narrativa. Tal disponibiliza um rico material para apreciação, porém, há de se ter consciência de que essas passam por diversos filtros. Dessa maneira, é necessário levar em consideração que esse tipo de escrito, transformado em fonte de pesquisa, foi produzido com o objetivo de satisfazer as ambições e compromissos de seus autores. Elas expressam uma relação triangular entre o autor, o receptor e o sujeito retratado, sendo tal relação mediada pelo primeiro.⁹

Em adendo a isso, Havik (2002) afirma que o pesquisador que estuda questões relacionadas ao comércio afro-atlântico e seu impacto sobre as sociedades pré-coloniais, tem como desafio maior a desconstrução de categorias, com base na diferença e desordem onipresentes nas fontes disponíveis.

⁸ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixos de Sant’anna*. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.

⁹HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX. In revista *Afro-Ásia*, 27 (2002), 79-120 79

A metodologia para análise da fonte foi baseada em Correa (2002), que apresenta a imperiosidade de se buscar a intencionalidade do autor da narrativa, lançando as perguntas ao mesmo: (I) de onde olhou, (II) quando olhou e (III) como olhou.

Junto a isso, enfatizou-se a leitura e análise do que Puga (2007) chama de “discurso antropológico de Almada”¹⁰, que consiste na narrativa do movimento dos barcos pelos rios e povoações da secção central da costa ocidental africana e na descrição dos diferentes grupos étnicos, abarcando costumes, modos de vida e crenças, entre outros elementos culturais que os distinguem entre si.

Almada constrói o texto se colocando como um europeu – muito embora o autor seja cabo-verdiano - recorrendo ao que Horta (2005) denomina como “Poética do exotismo”¹¹. Essa se define pelos recursos estilísticos e estratégias narrativas visando familiarizar o “consumidor” da obra - que está na metrópole - com o discurso sobre o exótico e a alteridade que o viajante caboverdiano encontra nas regiões contadas. Por essa razão o autor se utiliza de recursos, como o advérbio de lugar “cá” (na narrativa, é Portugal) quando compara os hábitos dos nativos com os costumes europeus e o “lá” (na narrativa é a Costa da Guiné).¹² Almada também utiliza o determinante possessivo “nossa” quando se refere à África e para aludir aos portugueses utiliza “os nossos”, enfatizando sempre, segundo interpretação de Puga (2007), o sentimento de posse, quer português quer cabo-verdiano¹³, sobre o espaço da Guiné do Cabo Verde, vendo esse como a “África por cumprir”¹⁴, isto é, um território a ser conquistado e colonizado.¹⁵

10 Ou “esforço etnográfico” para Horta.

11 José da Silva HORTA. “O Nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos XVI-XVII)”. Disponível no Centro Virtual Camões: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf

12 HORTA, José da Silva. A “Guiné do Cabo Verde”... cit., pp. 208. O autor afirma que o Almada se encontra em Portugal quando redige a obra.

¹³ Segundo Lopes (2003), a coroa portuguesa limitou desde muito cedo o acesso à costa da Guiné através de regulamentações precisas e criou uma administração a partir das Ilhas de Cabo Verde. Em 1466, os habitantes da Ilha de Santiago de Cabo Verde foram autorizados a negociar na costa. Ao longo do tempo, esses cabo-verdianos da Ilha de Santiago vão constituindo uma tradição de participação nos lucros do negócio de terra firme. Almada faz parte desse grupo de mercadores de Santiago que se beneficiou dessa concessão da coroa portuguesa.

14 Expressão de ALMEIDA, Carlos José Duarte. In: A Representação do Africano na Literatura sobre o Reino do Longo e Angola. Faculdade de CSH da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 87.

¹⁵ A atitude de Almada ao se colocar como um europeu pode ser interpretada por um conceito de Bhabha (1998), a mímica. O autor define essa como o local onde o colonizado assimila a língua, costumes, ideais, hábitos, vestimentas do colonizador, onde a cultura do « outro » invasor passa a substituir a identidade original através da representação. Assim, aquele colonizado aparenta ser algo que não é exatamente, exibindo comportamento e atitudes miméticos. O autor diz que “a mímica é, como a camuflagem, não uma harmonização ou repressão da diferença, mas uma forma de semelhança que difere da presença e a defende, expondo-a em parte, metonimicamente”¹⁵. A questão da presença parcial em relação ao sujeito mímico mostra a limitação, incompletude do discurso colonial, construindo uma paródia do colonizador.

3. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE E O CONTEXTO DE HIBRIDISMO CULTURAL QUE CARACTERIZA A REGIÃO

3.1. UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL: A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE

A partir do olhar de Almada para a região da Guiné do Cabo Verde, procurou-se identificar a presença das mulheres na narrativa, pois essas, no cruzamento de culturas e interesses, foram dinamizadoras no plano social, político e cultural¹⁶ e alargaram sua autonomia social e econômica, aliando-se a comerciantes atlânticos na busca da obtenção de vantagens mútuas. Essas mulheres se tornam esposas, companheiras ou escravas, e passam a gerir as relações conjugais e aproveitam essa conjuntura para aumentar e aprofundar a sua autonomia.

Havik (2002) apresenta que mulheres no continente africano mostraram a sua capacidade de gerir novos padrões de interação social para assegurarem ou reforçarem a sua margem de manobra na sociedade dentro de um contexto que se caracteriza pela formação de novos padrões sociais.

Dessa maneira, a agência das mulheres pode ser relacionada com o contexto de hibridismo cultural, que tem como característica as “zonas estranhas” resultante do encontro de culturas, onde a improvisação vence a norma e o costume, ou seja, os vínculos que ligaram as culturas distintas são profundamente marcados por indeterminações¹⁷.

A categoria “agência” abarca discussões conceituais longas, consolidadas e significativas. Para pensar tal categoria visando analisar as mulheres no contexto da Guiné do Cabo Verde a partir da narrativa da fonte, é necessário fazer uma ressalva sobre como aplicá-la para as sociedades que são o objeto de estudo da pesquisa. A categoria “agência” foi cunhada em um contexto ocidental para analisar dinâmicas ocidentais, e é necessário pensar em uma abordagem diferenciada para analisar sociedades tradicionais¹⁸.

¹⁶HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de género e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX. In revista Afro-Ásia, 27 (2002), 79-120.

¹⁷Gruzinski, 2001.

¹⁸Entende-se aqui sociedades tradicionais como povos que mantêm um modo de vida intimamente relacionado ao meio ambiente em que vivem e têm seus hábitos, costumes, conhecimentos e crenças transmitidas de modo oral, de geração em geração. Vivem em comunidades em que cada um desempenha um papel definido para o grupo.

Então, parte-se do pressuposto que os indivíduos são agentes, no sentido em que se encontram posicionados involuntariamente, por via das suas origens sociais, no espaço de distribuição de recursos econômicos, culturais e sociais. A noção de agente remete, por isso, para atributos coletivos e para uma condição universal e esses compartilham hipóteses de vida similares com as pessoas que têm a mesma localização no espaço social. São, por outro lado, atores, pelo desempenho de papéis sociais nos diferentes contextos por onde se movem.

Os papéis interpretados são dependentes do lugar que os indivíduos ocupam enquanto agentes, mas esses são personificados e desempenhados de forma singular por cada um, o que contribui para definir a sua identidade pessoal e social¹⁹. Dessa maneira, usarei, então, a categoria “agência” para definir as ações das mulheres representadas na fonte.

A agência é geralmente utilizada para dar conta do grau de liberdade exercido pelos indivíduos face aos seus constrangimentos sociais. Os agentes podem, face a uma mesma situação, conscientemente agir de forma diferente, tendo por referência os seus objetivos e projetos pessoais. Dessa maneira, as práticas podem, de fato, assumir diferentes formas independentemente das designações utilizadas para dar conta das suas diversas modalidades, já que a ação é composta por elementos racionais, utilitaristas, interpretativos e estratégicos, mas também práticos, rituais e pragmáticos. A agência varia consoante os posicionamentos no espaço social, os contextos por onde grupos ou indivíduos se movem e as redes em que se encontram inseridos.

Com relação à categoria “mulher”, esse trabalho parte do pressuposto de que as categorias de “‘homem’ e ‘mulher’ como categorias vazias e transbordantes”²⁰ que são preenchidas de significado em cada cultura. Dessa maneira, a oposição entre masculino e feminino é definida e constantemente construída em um contexto concreto²¹. Então, é possível dizer que a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual varia nas diferentes sociedades e épocas²².

¹⁹ CAETANO, Ana. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. In: *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 66, 2011, pp. 157-174

²⁰ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, jul./dez. 1995. p.99.

²¹ Isso vai no sentido de uma história que trabalha com gênero como categoria de análise, pensando no sentido de “(...) repensar e romper com a rigidez do binarismo entre os pólos masculino e feminino, de maneira que seja possível estruturar as análises histórico-sociais a partir de matrizes plurais no interior de cada um desses pólos, de modo a se contemplar os conflitos e as cumplicidades que permeiam a dinâmica social, produzindo arranjos e desarranjos em suas relações.” In: Andrade, Andreza de Oliveira. *Gênero e história das mulheres: diálogos conceituais*. ANPUH-PB.2009.

²² Davies apud SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, jul./dez. 1995. p. 74.

3.2. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE A PARTIR DAS FONTES

A agência das mulheres no contexto da Guiné do Cabo Verde no século XVI se torna visível a partir do pressuposto de que as ações podem assumir diferentes formas e que podem ser resgatadas nas fontes. Dentro da narrativa de Almada, percebe-se uma agência feminina na convivência entre portugueses e africanos no espaço da Guiné do Cabo Verde no período estudado. O autor narra, em uma passagem:

“Antigamente habitavam os nossos com estes negros na mesma aldeia debaixo da palavra e guarda de seus hóspedes, e eram mui avexados deles como de outros da mesma nação que desciam do sertão e houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebiam; mas haverá como cinco anos que estão os nossos em aldeia separada dos negros, e tão fortes que, antes querendo eles podem fazer muito mal e dano aos negros. E estão ao longo do rio entre a aldeia dos negros e ele, e ali fizeram uma força sem ajuda de S. Magestade, e a fortificaram com alguma artilharia que para isso buscaram, com a qual defendem a entrada aos Ingleses e Franceses para que não tomem os navios como dantes faziam. O autor de se fazer este forte e aldeia em que estivessem os nossos, foi um Manuel Lopes Cardoso, vizinho da Ilha de S. Tiago, o qual por indústria houve licença do rei da terra chamado Chapala, para fazer no dito sítio o forte, dizendo que era para defender aos inimigos que não tomassem os navios no seu porto, e depois de feito e posta artilharia nele, lhe disse que era necessário casas para estarem alguns dos nossos para defenderem e guardarem a artilharia, e desta maneira foi fazendo no mesmo lugar casas onde passaram os nossos que estavam na aldeia entre os negros, e hoje estão desafrentados deles. Os quais achando-se enganados, no ano de 90 ordenaram uma guerra secreta entre eles, e ajuntaram muita gente para darem nos nossos que estavam bem descuidados. Foi descoberto isso por duas negras ladinas da própria terra, que de noite secretamente vieram ter ao forte e habitação dos nossos, e disseram o que determinavam fazer os negros. Ao outro dia fizeram-se prestes; e não faltou ser da maneira que elas o disseram, porque se deixavam vir sobre o forte como 10000 negros, e por estarem os nossos prestes não tomaram a aldeia e o forte onde vivem. Durou a guerra três dias, nos quais foram mortos muitos negros, e da parte dos nossos não morreu pessoa nenhuma. Os quais vendo quão mal lhes ia do partido, se recolheram, e daí a poucos dias tornaram a rogar aos nossos que recolhessem e aceitassem na amizade em que dantes estavam, e são amigos, vivendo os nossos na sua povoação e eles na sua, e assim tratam uns com os outros.”²³

Nessa passagem, em singular, é possível perceber uma agência das mulheres africanas em prol dos portugueses e de sua ocupação dos territórios na Guiné. Não é possível saber ao certo quais as motivações que levaram essas africanas a delatarem os “negros” e sua tentativa de ataque. O que se pode fazer é a tentativa de uma compreensão maior do contexto em que essa ação ocorreu e buscar resgatar os significados das mesmas.

²³ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.

Tal agência das mulheres é percebida na narrativa de Almada não só no sentido de aliança das africanas com os portugueses, mas também aparece na forma de comportamentos não submissos dentro da sociedade africana. Na passagem que segue, onde Almada está narrando sobre a terra dos Beaferes e seus costumes, o autor enfoca na questão das leis e, em especial, em uma, a “lei contra o adultério”. O autor narra que esta é necessária, pois mulheres “fazem muito adultério aos maridos”²⁴. Mas acrescenta que “sem embargo dessas leis são mui devassas”²⁵.

Levando em consideração que a narrativa é perpassada por diversos filtros – por ter sido produzida por um homem, identificado com a cultura europeia e com os interesses portugueses em detrimento dos africanos, apesar de ser um africano cabo-verdiano, filho de mulher africana – é possível afirmar, que é aparente o protagonismo feminino, no sentido de que, as mulheres dentro dessa sociedade não têm comportamentos submissos e que, apesar da lei, transgridem-na.

Tendo detectado essas ações de distintas naturezas, é necessário se perguntar quais as condições sociais que possibilitam essa agência, de que forma isso toma corpo e os seus dimensionamentos dentro da sociedade híbrida que este trabalho propõe analisar. Dessa maneira, essas questões serão avaliadas a partir do resgate de alguns processos históricos, elencados como mais significativos, que ocorreram nessa região. Em primeiro lugar, resgatar-se-á a Guiné do Cabo Verde antes do contato com os portugueses, mostrando que essa região se caracterizou por ser um “mosaico de etnias”. Logo após, apresentar-se-á como se deu o contato com os europeus, em específico com os portugueses, apontando os processos de hibridismo cultural que caracterizam a região. Por fim, tendo como o enfoque a presença das mulheres dentro desses processos históricos, buscar-se-á aprofundar o entendimento da agência das mulheres nesse contexto.

3.3. MOSAICO DE ETNIAS: GUINÉ DO CABO VERDE

A Guiné do Cabo Verde é o espaço que compreende “A África Atlântica entre o rio Senegal e a chamada Serra Leoa”. Essa delimitação espacial e denominação é cunhada pelos

²⁴ Opus cit. P. 57.

²⁵ Opus cit. P. 57.

portugueses, no contexto dos primeiros contatos com a região, a partir do século XV e está presente na documentação administrativa portuguesa, mais intensamente no século XVI.²⁶

Essa região é bem caracterizada por especialistas pela imagem de um “mosaico” de etnias, pois é uma região de diversos povos – que em sua maioria formaram microestados – com lógicas próprias de organização.

Yveline Déverin²⁷ analisa esse território a partir da perspectiva de que esse se caracteriza por ser um “território humano” e não um “território espacial”, isto é, a delimitação das fronteiras da região da Guiné, pensada por uma lógica africana, não se define pelos espaços geográficos, mas sim pelo domínio sobre os homens.

Dessa maneira, essas fronteiras são fluídas e isso se torna uma dificuldade dentro do campo dos estudos africanos, em especial, dessa região de “mosaico de etnias”. Então, no esforço de sistematizar o contexto deste espaço geográfico antes do contato com os portugueses, buscando o resgate de parte desse quadro plural e complexo, especialistas²⁸ que estudam essa região, mostram que há dois espaços que podem ser elencados na Guiné do Cabo Verde. O primeiro seria a Senegâmbia, região que fica entre o Rio Senegal e o Rio Gâmbia, e o segundo, a Alta Guiné, região que vai de Casamansa até a Costa do Marfim, abarcando a região da Serra Leoa.

É necessário o mapeamento das etnias que habitaram a região no período anterior ao contato com os europeus, apreendendo a lógica própria dessas sociedades, para que se possa compreender melhor o momento do contato entre os povos autóctones e os portugueses, buscando sempre a presença e a agência dos africanos nesse encontro e processo de hibridismo cultural.

Barry (2010), ao explicar sobre a região que denomina “Senegâmbia”, mostra que há uma diversidade de povoamentos africanos: wolof, fulbe, mande, serer, tukolor, joola, nalu, baga, tenda, banuik, balanta, pepel e landuma²⁹. Mais ao sul, a região denominada Alta Guiné, que vai do Rio Casamansa à Costa do Marfim, é estudada por Wondji. O autor apresenta que tal região tem como característica as múltiplas e pequenas unidades socioculturais, onde ocorre o desmembramento de numerosas etnias. Tais são organizadas, segundo o autor, na

²⁶ HORTA, José da Silva. A “Guiné Do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1484). Lisboa, 2010.

²⁷ In : HORTA, José da Silva. “O Nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos XVI-XVII)”. 2007. Disponível no Centro Virtual Camões: http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf

²⁸ Os especialistas que escreveram sobre este espaço nessa região no compêndio História Geral da África organizado pela UNESCO (2010), como Barry e Wondji.

²⁹ Grafias utilizadas pelo autor.

base de linhagens, clãs e povoados. O autor aponta alguns grupos: joola, felupe, baiote, bliskaniara, kaara, foonin, we, facolbi, duékouké, toulepleu e бага.

Wondji (2010) também enfatiza que na região há numerosos idiomas. Já Alberto Costa e Silva (1996) apresenta que os africanos estavam habituados com a pluralidade étnica e lingüística, o que fazia com que falassem várias línguas. Pois, a necessidade de entender-se em mais de um idioma nascia do comércio. E, nessa região havia línguas francas – um idioma de ligação –, que na Guiné do Cabo Verde no período, era o Jalofo.

Então, pode-se dizer que o desmembramento sociopolítico era uma característica da região, assim como os movimentos de população. Dessa maneira, é vista a dificuldade da presença de fontes para o estudo mais sistemático desses grupos em sua singularidade. Segundo o autor, a maior dificuldade para historiadores da África pré-colonial é traçar a evolução dos “países” da costa oeste africana, de Casamansa à Costa do Marfim, entre os séculos XV e XIX.

3.4. OS EUROPEUS NA GUINÉ DO CABO VERDE

A Guiné do Cabo Verde aparece na documentação portuguesa³⁰ como uma região identificada com o trato de escravos a partir do século XV. É o local de origem de grande parte dos africanos, de diferentes etnias, que foram escravizados para Europa, Ilhas Atlânticas e América.

Barry (2010) ressalta que foi a partir das Ilhas que os portugueses praticaram a cabotagem comercial ao longo da costa do Rio Senegal e Gâmbia e, com isso, vão adentrando o território, conhecendo melhor terrenos e etnias, precisando melhor as “fronteiras”.

Segundo o autor, nessa região, há o processamento de uma dupla abertura: uma interior e outra exterior. A primeira, a abertura do comércio com o interior, através dos rios da Guiné e, a segunda, a criação das rotas marítimas, com o comércio crescente via oceano Atlântico. Isso se dá no contexto pós-descobertas capitaneadas por Portugal do Infante D. Henrique. Logo após a morte deste, em 1460, as terras da Guiné foram dadas para o seu sobrinho, Infante D. Fernando via testamento. Este foi presenteado com as cinco ilhas de Cabo Verde, até então conhecidas dos navegadores e que faziam parte integrante da Guiné –

³⁰In: BRÁSIO, António (ed). Monumenta Missionaria Africana. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1961-1965, vols. 3-4

de onde provém a expressão “Guiné com suas ilhas”³¹, cunhada no testamento. Após isso as descobertas das restantes ilhas do arquipélago foram se realizando.

Em 1466, por carta régia, os moradores das ilhas de Cabo Verde receberam um foral com privilégios especiais, para navegar na Costa da Guiné livremente, com exceção da área de Arguim, reservada à Coroa³². Em 1469 a coroa arrendou o comércio da Guiné ao mercador Fernão Gomes, com a condição de explorar o litoral africano a sul da Serra Leoa. Com isso os mercadores da Ilha de Cabo Verde começaram as tarefas comerciais nas zonas próximas da foz dos rios das Guiné, onde se fixaram alguns mercadores. Assim, percebe-se que os processos históricos ocorridos neste período na Guiné do Cabo Verde estão intrinsecamente relacionados com as Ilhas de Cabo Verde.

É importante ressaltar que os navios que pretendiam traficar na região da Guiné tinham como obrigação se dirigir à Alfândega de Ribeira Grande (Ilha de Cabo Verde) até 1640³³. Junto a isso, ao longo do século XVI, os africanos escravizados na costa vão se tornando a principal mercadoria exportada para Europa, o que causa a valorização das ilhas africanas como base para estabelecimento dos portugueses³⁴. Junto a isso, há o aumento da atividade de contrabando, por ingleses, franceses e holandeses³⁵.

Dessa maneira, a Ilha de Cabo Verde servia como base de estabelecimento dos portugueses, havendo uma interdependência econômica e religiosa entre a região das Ilhas com a região da Costa. Iva Cabral apresenta o arquipélago do Cabo Verde como um laboratório colonial, onde se experimentou diferentes formas de colonização, um local de novas relações e vivências culturais que forma uma identidade a partir de “heterogeneidades confluentes”³⁶.

³¹ Horta discute a nomenclatura Guiné do Cabo Verde e Ilhas de Cabo verde.

³² PIMENTEL. Um contributo para história de Cabo Verde e do Hospital de todos os Santos. *Ellipsis: Journal of the American Portuguese Studies Association*. Vol. 6 (2008): 83-106.

³³ Opus cit.

³⁴ CABRAL, Iva. *As elites da Ribeira Grande (séculos XVI-XVIII): (Inquietações de um doutoramento)*. Disponível em: <http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/359/1/As%20elites%20da%20Ribeira%20Grande%20-%20s%C3%A9culos%20XVI-XVIII.pdf> (acesso em 10-2013)

³⁵ As atividades de contrabando estavam presentes desde os princípios do século XVI. Sabe-se que por volta de 1526, embarcações inglesas começaram a freqüentar a costa da Guiné, e, em 1539, um corso francês surgiu na costa. Também segundo Alencastro (2000), na obra “Trato dos Viventes” : “Navios flamengos adquiriam desde o final dos Quinhentos mercadorias africanas destinadas à Europa (ouro, cobre, marfins, amíscar, ébano, malagueta) em pontos da Senegâmbia, no Golfo da Guiné e na Foz do Congo”

³⁶ CABRAL, Iva. SANTOS, Maria Emília Madeira. SOARES, Maria João. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (Séculos XVI-XVII). In: Repositório digital de Cabo Verde <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/23/browse?type=author&order=AS&rpp=20&value=Cabral%2C+Iva> (acesso em 10-2013)

Carvalho (2001) apresenta também que fidalgos de Portugal – elementos da baixa e média nobreza - participaram da ocupação das Ilhas, assim como da Costa da Guiné, em menor número, apontando suas motivações: explorar terras desconhecidas, fazer a vontade do Infante e quebrar o bloqueio social nobiliárquico, isto é, ir em busca de novas oportunidades sociais e econômicas. Isso tudo dentro de uma estrutura político-administrativa caboverdiana gerida por duas entidades: a Coroa e os Capitães Donatários.³⁷ Dessa maneira, houve a formação de uma elite colonial, o que, ao longo das gerações foi se tornando uma elite mestiça³⁸, através do processo de hibridismo cultural.

Silva (2004) aponta para dois importantes circuitos comerciais: um “euro-africano” e outro “afro-atlântico”, onde os navios partiam dos diferentes portos com mercadorias européias (tecidos, contas, metais, etc) tendo como destino Santiago para realizar a troca de mercadorias por produtos do comércio africano (escravos, marfim, etc) e de produção insular (couro e sebo).

A autora apresenta que a Ilha de Santiago de Cabo Verde, em específico, foi uma “plataforma atlântica”, articulando o comércio entre o reino e o arquipélago, e estes com a região da costa. Pois, os Portos da Ribeira Grande recebiam ainda os navios das carreiras atlânticas da Guiné, da Costa da Malagueta, da Mina, Brasil e Índia, e era a base onde era prestada assistência aos navios, tripulações e passageiros.

O circuito africano era controlado pelos moradores de Santiago, mas também pela feitoria régia. Neste comércio os moradores utilizavam essencialmente cavalos e algodão da Ilha, e isso vai de encontro com o que Barry (2010) apresenta quando diz que os portugueses da Ilha de Cabo Verde incentivaram uma economia de plantação, o que lhes permitiu a produção de algodão, açúcar e índigo visando a troca comercial das mercadorias por escravos. Isso foi o que lhes possibilitou integrar-se na lógica comercial africana da costa, em especial na região da Senegâmbia.

Já em fins do século XVI, a economia do arquipélago de Cabo Verde entra em fase de declínio, pois houve a abertura do comércio direto com os rios e, conseqüentemente, o porto da Ribeira Grande perdeu seu papel de intermediário. Nesse mesmo período houve uma grande seca e a produção agrícola sofreu um grande abalo, em conjunto com uma recessão de mão de obra, o que levou a passagem para uma agricultura de subsistência. Em tal momento,

³⁷SILVA, Filipa I. Ribeiro da. A Inquisição em Cabo Verde e São Tomé. In: revista portuguesa de ciência das religiões, lisboa, universidade lusófona de humanidades e tecnologias, centro de estudos em ciência das religiões. N.º 5/6. 2004.

³⁸Iva Cabral pesquisa essas elites mestiças de Ribeira Grande. A autora propôs refletir e descrever sucintamente as elites que dirigiram os destinos da Cidade Velha/Ribeira Grande durante os séculos XVI, XVII e XVIII no texto já citado sobre as elites da Ribeira Grande.

a população mestiça sobressaiu sobre a população branca, havendo uma ruralização da sociedade.³⁹

3.5. A PRESENÇA PORTUGUESA NA GUINÉ DO CABO VERDE

Especificamente com relação à região da Guiné do Cabo Verde, é possível demarcar que em 1536 - quando André Feio é nomeado primeiro corregedor de Cabo Verde e Guiné - houve a criação de feitorias ao longo dos rios São Domingos, Grande Cacheu e Grande Buba, devido ao desenvolvimento do comércio na região. Já em 1588 foi construída a fortaleza de Cacheu pelo cabo-verdiano Manuel Lopes Cardoso. Esse povoado é considerado a primeira capital portuguesa em terras da Guiné.

Diagne (2010) mostra que a presença portuguesa na região da Guiné do Cabo Verde se deu por um processo de migrações voluntárias. Sobretudo numerosos exilados, a partir do século XV, povoaram os Rios do Sul e as ilhas do Atlântico (principalmente Cabo Verde). Dentre eles, mercadores aventureiros e agentes das companhias comerciais: os lançados.⁴⁰ Estes se definem como pessoas que se infiltravam entre os negros a fim de fazer comércio⁴¹. Na documentação o termo lançado vem acompanhado do pronome “se”, isto é, nenhum desses homens era lançado por outrem, pois “lançar-se” era resultante de uma escolha.⁴²

Segundo Nolasco da Silva (1970), os lançados eram, em um primeiro momento, aqueles que faziam contrabando nas ilhas e na costa. E, depois, esse termo foi apropriado para designar os homens que se internavam nos rios a fim de fazer comércio com os povos autóctones dos rios da Guiné. E, mais tarde, a todos aqueles que iam fazer comércio na região. Lopes (2003) complementa que esses lançados constituíram a primeira cadeia de ligação entre poderes locais e a presença europeia.

Segundo Soares (2000), a primeira geração dos lançados teve um papel fundamental no reconhecimento dos territórios ainda desconhecidos pelos portugueses. Esses passam a mapear a geografia, hidrografia e os povos da região, convivendo com as mais diferentes

³⁹SILVA, Filipa I. Ribeiro da. A Inquisição em Cabo Verde e São Tomé. In: revista portuguesa de ciência das religiões, Lisboa, universidade lusófona de humanidades e tecnologias, centro de estudos em ciência das religiões. N.º 5/6. 2004.P.46.

⁴⁰DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010.

⁴¹ W. Rodney apud Wondji. Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné. In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010.

⁴² SILVA, Maria da Graça Nolasco da. Subsídios para o estudo dos lançados na Guiné. BCGP, Bissau, n. 25, 1970, p. 25-40.

etnias, o que, segundo a autora, é o principal capital dos lançados, pois rentabilizam esse conhecimento a seu favor no comércio, no seu papel de negociantes privados ou intermediários entre o comércio europeu ou cabo-verdiano com o africano da costa. Feito isso, repassam essas informações para mercadores europeus – sabendo que esses lançados faziam comércio com todo o tipo de mercadores, independente de nacionalidade, levando em consideração apenas a sua lucratividade, em região de intenso contrabando.

Segundo Thornton, para resgatar nos mercados da Costa da Guiné era necessário empreender uma série de complexas negociações com os chefes locais e suas elites antes de efetuar a troca de produtos⁴³. Dessa maneira, pode-se dizer que o êxito comercial dos lançados dependia do seu internamento entre os negros⁴⁴, pois esses lançados contatavam direto com os senhores locais obtendo proteção e colaboração que foram indispensáveis à realização das atividades comerciais.

Soares (2010) complementa que “os lançados, acolhendo-se à sombra de chefes africanos, obtém, por conseguinte, informações preciosas e muitas vezes vivenciadas sobre seus costumes políticos, produções econômicas, rotas e pontos de comércio, produtos preferidos, práticas religiosas e funerária, cotidiano, etc”⁴⁵

Identifica-se nas fontes analisadas a constante presença dos lançados, transitando entre os diferentes povos da região da costa e dos rios da Guiné. Esses indivíduos também aparecem na documentação como “tangomãos”⁴⁶. Essas figuras, de igual forma, são narradas pelos padres que estão em missão na Guiné do Cabo Verde nesse período. Segundo a fonte escrita pelo padre jesuíta Manoel Álvares, missão em Serra Leoa:

*“Deram o descomedido título de Tangomão em geral aos moradores da Guiné, título que só se quadra bem àquele que não contentes de cooperar com o gentio idólatra no culto e sacrifícios da sua falsa religião fazem o nicho ao lado dos ídolos infernais. Esses são os lançados verdadeiros”*⁴⁷

No mesmo contexto, outro missionário, o padre jesuíta espanhol Luis de Molina diz:

⁴³ THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800. São Paulo: Campus, 2003.

⁴⁴ SOARES, Maria João. “Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII”. Studia n.º 56/57. 2000. P. 147-222.

⁴⁵ Opus cit. P.176.

⁴⁶ Monumenta Missionária Africana. Vol 4. Pp. 255 – Nota:Tangomãos: Indivíduo que se embrenhava no sertão africano a fim de comprar e vender escravos.

⁴⁷ Padre jesuíta Manoel Álvares em missão na Serra Leoa 1606-07. In : SOARES, Maria João. “Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII”. Studia n.º 56/57. 2000. P. 161.

“é a palavra que em terra de pretos significa os que vão pelas feiras e trocam mercadorias por escravos que trazem aos portugueses para vender ... Querem outros que tangomãos sejam os que captivam homens livres, quais eram os que em Guiné andavam apanhando negros, outros finalmente dizem que tangomão é o que persuade ao escravo que fuja a seu senhor”⁴⁸

Já Almada, ao mesmo tempo em que retrata os povos e geografia da região, também mostra a presença desses europeus entre os negros e as relações que vão se estabelecendo. Almada narra:

“Fica acima desse porto de Biguba outro chamado de Balola, da mesma nação, tem rei; guardam as leis e costumes dos outros. Então nesta terra [há] muitos lançados, por ser pacífica e quieta, e acudir a ela muito resgate, assim de escravos (que aqui custam mais barato) como por haver mantimentos, por serem estes Negros dado mais à lavoura que os debaixo.”⁴⁹

É necessário complementar que as relações travadas entre os portugueses e africanos nem sempre foram pacíficas. Os portugueses adentravam no território africano e ficavam vulneráveis às prerrogativas dos locais. Almada narra situações dessa natureza:

“Eram tão maus estes negros da aldeia do Bugendo para os nossos e os tratavam tão mal que se não podia sofrer, e não se tinha por honrado negro que lhes não tomava os chapéus, e lhes dessem bofetadas e pancadas.

(...)

Haverá como 10 anos que Francisco de Andrade, Sargento Mor da Ilha de S. Tiago, indo às ditas partes e vendo o mau tratamento que os negros faziam aos nossos, se concertou com o Rei de Casa-mança, chamado Masatamba, amigo nosso, e passou os nossos, que estavam nesta aldeia, a um porto desse rei, que está indo pelo norte de Farim acima, e faz ali um braço pequeno, que vai dar na primeira terra deste rei chamada Sarar, no qual fizeram uma aldeia, a que puzeram o nome de S. Filipe, por amor de S. Magestade, por haver muito pouco tempo que tinha tomado posse dos Reinos de Portugal. A aldeia de Bugendo, donde se mudaram os nossos, é terra muito enferma, onde sempre morria muita gente: esta de S Filipe, para onde se mudaram os nossos não é sadia, por ser lugar alagadiço e de muitos charcos de água, mas é terra muito segura, onde se não faz mal a cousa nenhuma, e estão os nossos nela muito seguros”⁵⁰

Já a partir da primeira década do século XVI, a coroa realiza uma legislação para regular os “lançados”⁵¹, através de licenças para ocupar a região. Concomitantemente, há um

⁴⁸ Padre jesuíta espanhol Luis de Molina, fins do século XVI. In: SOARES, Maria João. “Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII”. Studia n.º 56/57. 2000. P. 161.

⁴⁹ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. P.63.

⁵⁰ Opus cit. P. 48-49.

⁵¹ Nolasco Silva descreve a legislação sobre os lançados que começa a partir de 1507.

crecente interesse da coroa sobre essas pessoas, pelo seu enriquecimento rápido⁵². Neste período também é detectado uma intensificação da presença dos cristãos-novos se lançando nos rios da Guiné.

Pimentel (2008) informa também que alguns indivíduos com licença de residência temporária na região da costa, optavam por ficar, de forma clandestina, junto aos negros. Em consonância com isso, Soares (2000) defende a tese de que a política de concessão de licenças para estabelecimento nessa região fomentou a clandestinidade, o estabelecimento de indivíduos ilegais junto aos rios da Guiné: os “aventureiros natos” e os perseguidos pelos tribunais do reino.⁵³

Tendo ciência dessa questão, a administração régia faz um recrudescimento da legislação sobre os lançados. Esses passam a ser perseguidos. Em contraponto, há o oferecimento de perdão aos lançados mediante pagamento de certa quantia à coroa. Se os lançados eram presos, tinham seus bens confiscados. Nesse contexto, alguns voltavam ao reino mediante pagamento, outros continuavam nos rios, formando comunidades.

Muito embora durante a primeira metade do século XVI, os lançados floresceram em número, volume e tipo de atividades, sem que a legislação consiga desmobilizar, punir ou reintegrar⁵⁴. Esses moravam nas feitorias ou nas proximidades, operavam em mercados e feiras que defendiam pela força. Também estabeleceram as bases de uma comunidade afro-portuguesa de forma rápida, com fortes interesses comerciais⁵⁵.

Já segundo Diagne (2010), esses navegantes europeus, implantando-se solidamente na rede econômica, quebraram o curso normal das trocas inter-africanas e estabeleceram seu próprio monopólio de intermediários, operando nas feitorias.⁵⁶ Wondji (2010) apresenta que nesse contexto, os lançados atribuíram-se o monopólio do comércio. Tais não possuíam atividades produtivas, mas eram fornecedores de bens para as embarcações europeias e

⁵² A pesquisa nos documentos da Monumenta Missionária Africana mostraram esta questão. Por exemplo, no “Alvará da fazenda dos Tangomãos”, que “manda a subir a sua majestade a sentença sobre os bens dos defuntos tangomãos falecidos nas partes da Guiné” (p.255, v.4)

⁵³ SILVA, Maria da Graça Nolasco da. Subsídios para o estudo dos lançados na Guiné. BCGP, Bissau, n. 25, 1970, p. 25-40.

⁵⁴ Opus cit.

⁵⁵ LOPES, Carlos. Construção de Identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde. *Africana Studia* nro 6. 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁵⁶DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. P.22

participavam de atividades comerciais sazonais. Suas maiores dificuldades foram os ataques das companhias comerciais européias que tentavam ultrapassá-los⁵⁷.

As práticas de comércio, aliadas a um maior aprofundamento das relações com as autoridades africanas, lhes afastaram do reino⁵⁸. Essa conjuntura promoveu uma maior independência do grupo luso-africano, possibilitando criar uma identidade de natureza híbrida⁵⁹.

Com relação à citada identidade luso-africana, Horta (2010) pergunta-se sobre o significado de ser luso-africano na Guiné dos séculos XVI e XVII e lança a hipótese de que esse é um problema de “identidade étnica”⁶⁰. O autor afirma que há a distinção entre um “grupo étnico” luso-africano que existia entre outros grupos étnicos africanos e considera esse um processo de construção de identidade que tem como característica uma grande fluidez, grande dinamismo e adaptabilidade às circunstâncias.

3.6. UMA SOCIEDADE DE HIBRIDISMO CULTURAL

Tendo em vista os encontros afro-atlânticos dos portugueses com africanos, a Guiné do Cabo Verde constituiu uma realidade mesclada, formada pelo encontro de culturas diferenciadas, compondo um novo contexto, que se distancia do tradicional até então conhecido: uma sociedade formada por um processo de hibridismo cultural.

Apropriando-se do estudo de Peter Burke (2003), pode-se dizer que a categoria de hibridismo cultural se caracteriza como um processo que mescla elementos culturais distintos, de grupos sociais que até então não tinham contato, resultando em um produto ímpar, criativo e inovador: uma cultura híbrida. Tal processo pode ser visto em diferentes contextos e se efetiva de diferentes formas, caso a caso. Porém, este processo implica a perda de tradições regionais e de raízes locais através do encontro e troca cultural.

Também Gruzinski (2001) acrescenta significado a categoria “hibridismo cultural”. A partir da leitura do autor, é possível elencar alguns aspectos importantes no encontro entre diferentes culturas. O autor aponta que o hibridismo cultural tem como característica: (1) aceitar em sua globalidade a realidade mesclada; (2) a ambiguidade e ambivalência são características dos híbridos; (3) opta por descrever o fenômeno do hibridismo cultural e não

⁵⁷ Segundo Wondji (2010), a maior parte das trocas dependia dos monopólios português, espanhol, holandês e francês, causando rivalidades e conflitos na região.

⁵⁸ HORTA, José da Silva. A “Guiné Do Cabo Verde”: produção textual e representações (1578-1484). Lisboa, 2010.

⁵⁹ Muitas interpretações nesse sentido foram feitas com base em Lopes (2003).

⁶⁰ Segundo Horta, isso foi sugerido em primeiro lugar por Jean Boulègue, George Brooks e Paul Hair.

por explicá-lo; (4) quando analisadas de perto, as relações entre colonizadores e colonizados demonstram complexas relações de troca. Para esse autor, o produto do choque entre duas culturas não será mais algo do campo de entendimento exclusivo de nenhuma das duas, será algo novo que só novos parâmetros de entendimento ajudam a compreender.

Dessa forma, essa categoria é apropriada para analisar a sociedade luso-africana que aparece nas fontes na Guiné do Cabo Verde na segunda metade do século XVI e no século XVII. Pois, nesse período há um aprofundamento do processo de hibridismo cultural, explicado pelo fato de que os lançados, depois de muitos anos de contato com os povos autóctones da costa, integraram-se na estrutura social africana, “aceitando regras dessas sociedades, casando com mulheres da terra de acordo com cerimônias locais, submetendo-se aos ritos de passagem e aderindo às suas práticas religiosas”⁶¹ ao mesmo tempo que traziam elementos europeus para África.

Esse acolhimento do “outro”, do “estranho”, do “estrangeiro” pelas sociedades africanas faz parte da cultura de diversas etnias nos mais variados locais do continente africano. Denomina-se este aspecto de “hospitalidade africana”. Sobre isso, o reconhecido historiador africano Ki-Zerbo, apresenta:

*“Tenho a sensação de que os africanos são muito tolerantes no plano da religião, das línguas e da cultura em geral. Na África, o estrangeiro é um valor em si. Ser estrangeiro de alguém é uma relação privilegiada. Por exemplo, quando há uma disputa entre um estrangeiro de passagem e um membro da família, normalmente o chefe da família toma posição pelo estrangeiro. Por vezes os estrangeiros são disputados, quando um deles falece, disputam-se mesmo os despojos mortais do estrangeiro. Quem se ocupa dele tem o direito de sepultá-lo. Isto parece aberrante, no entanto, está inteiramente de acordo com a concepção africana da relação com o “estrangeiro”. Nesse contexto cultural, esta palavra perde o seu sentido habitual no mundo ocidental. Esta maneira de considerar os estrangeiros facilita a gestão das relações interétnicas e interculturais.”*⁶²

No Tratado Breve dos Rios da Guiné, de Almada, é nítida essa questão da hospitalidade africana. Em um trecho, quando o autor descreve os lançados que vivem junto aos Bagas, no Rio São Domingos:

*“não faltam nesta terra lançados que nela habitem e andem a resgatar com eles, porque alguns são guardados de seus hóspedes”*⁶³

⁶¹ SILVA, Maria da Graça Nolasco da. Subsídios para o estudo dos lançados na Guiné. BCGP, Bissau, n. 25, 1970, p. 33

⁶² KI-ZERBO Joseph. Para quando a África? Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro, PALLAS, 2006. P.43.

⁶³ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixos de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. P.68.

Neste contexto, diferentes senhores e nobres africanos competem entre si no acolhimento dos lançados. Mas não oferecem a hospitalidade gratuitamente, essa “*é ação recíproca de direitos e deveres bem definidos e, pela parte africana de uma forma de controle social sobre os estranhos que se estabeleciam em sua comunidade*”⁶⁴. Em geral, os chefes africanos dispunham de sua hospitalidade em troca de presentes, onde o estrangeiro deveria agradecer o chefe com bens de luxo.

Pode-se afirmar, então, que uma das principais formas de socialização e de inserção, assim como de controle dos lançados que viviam entre as comunidades africanas era a possibilidade permitida pelos africanos do casamento com mulheres próximas das famílias reais.⁶⁵

A forma com que se davam esses casamentos é mostrada por Almada:

*“Costumam os homens em todo Guiné darem o casamento, e as mulheres não trazerem nada. Quem quer casar dá ao pai da mulher (ou a seu tio, não tendo pai), peças de escravos e vacas e outras cousas que se tem por dinheiro entre eles. Segundo a qualidade das pessoas assim dão os dotes, e quando querem que haja divórcio torna o pai a dar o que lhe deram, e fica sua filha livre para poder fazer de si o que quizer. Não tem limitação os negros de quantas mulheres hão-de ter; tem-as segundo sua possibilidade e dote que têm para dar aos pais”*⁶⁶

Dessa maneira, pode-se dizer que os homens portugueses, para casar-se e aliar-se aos africanos, precisavam seguir as regras tradicionais africanas. Nesse sentido as mulheres locais foram indispensáveis no processo de integração dos lançados na compreensão da lógica cultural africana: por exemplo, nos valores do meio africano, que foram apropriados por esses portugueses, assim como em aspectos práticos de comércio, que tem como elemento fundamental e necessário o aprendizado de diferentes línguas africanas. Sobre isso, Costa e Silva (2002) diz que:

“Graças às novas esposas, os portugueses familiarizaram-se com os costumes da terra e passaram a viver sem ofendê-los. Tornaram-se fluentes na língua local e capazes também de entender os falares dos povos vizinhos, ou porque pronto se fizeram polígamos, ou porque sua companheira, nos raros casos em que era única, dominava mais de um idioma (como sucede em geral com os africanos). Com as mulheres, os portugueses aprenderam as regras locais de compra, distribuição, venda e regateio. Descobriram como competir com os mercadores mandingas, ou

⁶⁴ SILVA, Maria da Graça Nolasco da. Subsídios para o estudo dos lançados na Guiné. BCGP, Bissau, n. 25, 1970. P.183.

⁶⁵ SILVA, Filipa I. Ribeiro da. A Inquisição em Cabo Verde e São Tomé. In: revista portuguesa de ciência das religiões, Lisboa, universidade lusófona de humanidades e tecnologias, centro de estudos em ciência das religiões. N.º 5/6. 2004.P.185.

⁶⁶ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. P.24.

aliar-se a eles, na recepção dos produtos que interessavam às caravelas e às naus.”⁶⁷

Já Havik (2002) acrescenta que esses portugueses, no exercício de uma atividade comercial em África, obtinham o acesso a instituições tradicionais cujo modo de funcionamento é condicionado por fatores como sexo, idade, linhagem ou clã e filiação étnica, através dos já mostrados casamento com as mulheres locais. Isso aparece em Almada:

“Hoje atravessam estes portugueses lançados todos os rios e terras dos negros, adquirindo tudo o que acham nelas para estas naus de seus amigos, em tanto que há homem nosso que se meteu pelo sertão até o Reino do Gran-Fulo, que são muitas léguas, e dele manda muito marfim, ao rio de Sanagá, onde o mandam tomar as naus que estão na Angra pelos seus patachos. Este lançado português foi ao reino do Gran-Fulo por ordem do Duque de Casão, que é um negro poderoso que habita neste porto pelo rio de Gâmbia acima 60 léguas do mar. Este o mandou por sua ordem com gente sua, e na Corte do Gran-Fulo se casou com uma filha sua”⁶⁸

Dessa maneira, os casamentos produziram um padrão de interação afro-atlântica que facilitou a tessitura das redes interculturais altamente fluidas, pelas quais a região era conhecida⁶⁹, característica de sociedade resultante de um processo de hibridismo cultural.

No seio da sociedade luso-africana, que tem como âmago os casamentos entre homens portugueses e mulheres africanas, formaram-se famílias híbridas – de mãe africana, pai português e filhos mestiços. E, essa dinâmica originou um novo grupo social, que é presente na bibliografia sobre a região com o nome de “lusos-africanos” ou “filhos da terra”, e estes, ao longo do tempo, foram alcançando a preponderância sobre os lançados portugueses.

Tais lusos-africanos agrupam-se em pequenas bolsas de influências e contatos mútuos entre europeus e africanos que, muito mais tarde virão resultar em meios com identidade própria face a duas civilizações que lhes deram origem⁷⁰.

Esse grupo luso-africano falava a língua portuguesa, vestia-se a moda europeia, morava em casas retangulares de paredes brancas com varandas de estilo europeu, entretanto, aceitava os costumes africanos, até mesmo as marcas étnicas. Praticavam um catolicismo

⁶⁷ COSTA E SILVA, Alberto da. A manilha e o libambo: a África e a escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002.P.239.

⁶⁸ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. P.18.

⁶⁹ HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de género e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX. In revista Afro-Ásia, 27 (2002).

⁷⁰ Opus cit. P221.

pouco autêntico⁷¹, onde a celebração dos santos cristãos não impedia a homenagem aos ancestrais.⁷²

Assim, houve a formação de uma cultura dispersa e diferenciada dentro de um contexto em que preponderava atividade comercial, em especial do tráfico de escravos, dentro de um local de fronteira, caracterizado por indefinições sobre o comércio lícito e ilícito. Dessa maneira, tal local permite uma autonomia cultural crescente que possibilita um protagonismo econômico e político, percebido em diferentes setores, em especial com relação às ações das mulheres.

4. A AGÊNCIA DAS MULHERES NA GUINÉ DO CABO VERDE E OS ESPAÇOS EM QUE TRANSITAM

Dentro desse quadro social luso-africano complexo, as mulheres tiveram um papel agencial nessas relações que foram constituídas pelos encontro afro-atlânticos.

As mulheres estavam inseridas em dois espaços, por onde transitavam. O primeiro é o espaço da tabanca, isto é, a aldeia, o espaço tradicional africano e o segundo, a prasa, espaço luso-africano, resultante do processo de hibridismo cultural, constituído pelos encontros afro-atlânticos.

Dessa maneira, um fator preponderante para o entendimento da agência das mulheres é que tal se dá no trânsito, no movimento, no deslocamento entre um espaço e outro, sendo isso possibilitado pela formação dessa sociedade resultante de um processo de hibridismo cultural em uma geografia cortada por rios navegáveis e com acesso para o Atlântico, o que faculta uma grande mobilidade.

Apesar dos novos laços constituídos nos espaços híbridos das prsas, foi possível detectar a permanência da ligação das mulheres com o espaço da tabanca. Almada narra a perceptível convivência, colaboração e união entre africanas, as tangomas, e portugueses. Porém, também apresenta que o laço entre a mulher e os parentes era mantido, apesar das novas relações criadas com os portugueses⁷³.

⁷¹ Lopes (2003) apresenta que esse grupo tinha práticas religiosas animistas.

⁷² WONDJI. Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné. In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. P.469.

⁷³ “Entre os negros andam muitos que sabem falar a nossa língua portuguesa, e andam vestidos ao nosso modo. E assim muitas negras ladinas chamadas Tangomas, porque servem aos lançados. E estas negras e negros vão com eles de uns Rios para os outros e à Ilha de S Tiago, e a outras partes. Mas não o fazem os nossos sem primeiro haver licença de seus pais ou tios, irmãos dos pais, porque em todo Guiné se tem os tios por pais de seus sobrinhos, filho de seus irmãos” (p.58)

Então, esta pesquisa aventou a hipótese de que foi devido à influência da cultura autóctone que a agência das mulheres, vista nas fontes estudadas dentro dos espaços tradicionais africanos, foi possível também na sociedade híbrida. Pois é perceptível que o comportamento agencial das mulheres foi balizado pelos espaços e importância em que a cultura tradicional africana destina às mulheres, o que é visto, em especial, a partir do resgate do elemento da matrilinearidade, que é característico das etnias que compõe a região da Guiné do Cabo Verde.

Em sociedades matrilineares, a importância das mulheres pode ser demarcada em diferentes níveis. No nível social, a organização da sociedade se dá através do clã estendido que é organizado de acordo com o princípio da matrilinearidade, o que significa que a descendência é passada pela linha feminina. O nome do clã e todas as posições sociais e títulos políticos são passados pela mãe, que tem grande poder sobre o coletivo, pois é em função da mulher que se organiza a família.

Com relação à organização da tabanca, os indivíduos vivem juntos em uma grande habitação, o qual abriga entre 10 e 100 pessoas, dependendo do tamanho e do estilo de construção. As mulheres lá vivem permanentemente porque suas filhas e netas nunca deixam a casa ao casar (matrilocalidade). Dessa maneira, elas que organizam a família e tem o poder decisório sobre os bens do clã.

De forma que tudo isso reflete no nível econômico, já que nessas sociedades os bens são distribuídos de acordo com um sistema que é idêntico ao de parentesco, que é regulado pelas mulheres. Esse sistema evita a acumulação de bens por uma pessoa ou grupo.

Junto a isso, no nível cultural, essas sociedades não têm o conceito de transcendência religiosa na figura de um invisível, intocável e incompreensível todo-poderoso Deus masculino: a divindade é imanente. Por vezes, apresenta-se a figura da “mãe terra”, o que reflete a valorização da figura da mulher na sociedade, que também assume funções ritualísticas importantes.⁷⁴

Esses elementos tradicionais africanos tiveram permanências ao longo dos processos históricos ocorridos na região e reverberaram na forma com que se deu agência das mulheres, que transitavam entre os espaços da prasa e da tabanca.

⁷⁴Descrição de funções ritualísticas importantes que as mulheres assumem nas sociedades matrilineares, usando como caso a sociedade Bijagó. In: HENRY, Christiene. Homme du dehors, femme du dedans. La royauté villageoise des Añaki (archipel des Bijagós, Guinée Bissau). In: Journal des africanistes. Tome 61 fascicule 2. 1991.

4.1. A MULHER NO ESPAÇO DA TABANCA

A tabanca é o local onde se estabelece e organiza a comunidade tradicional africana. A região que compreende a Guiné do Cabo Verde era composta, predominantemente, por povos de orientação política segmentária que possuíam sucessão matrilinear com casamentos virilocais.

Sobretudo, a matrilinearidade foi percebida como a principal característica que explica mais profundamente o papel da mulher na estrutura das sociedades autóctones da região da Guiné do Cabo Verde e, conseqüentemente, a agência feminina na região neste período.

4.1.1. Uma discussão conceitual necessária: a questão da matrilinearidade, matriarcado e matrilocidade

Uma sociedade matrilinear é aquela que define a descendência dos filhos pela linha materna: o indivíduo pertence ao grupo por seu envolvimento com mulheres da mesma. Em boa parte das sociedades matrilineares, a autoridade é geralmente exercida pelo tio materno.

Nessas sociedades, o marido não pertence ao grupo, de maneira que esse elemento foi grande facilitador na assimilação dos homens portugueses, estrangeiros à cultura africana, nas uniões conjugais constituídas entre africanas e portuguesas, nicho do processo de hibridismo cultural que formou a sociedade luso-africana.

Segundo Durham (1983), o casamento deve ser apreendido como relação a três. Pois não envolve apenas um homem e uma mulher, mas sim uma mulher e dois homens: aquele que a recebe e aquele ao qual ela é negada, o pai. Cabe ressaltar ainda que os sistemas de parentesco devem se conceber como estruturas formais que consistem em arranjos e combinações de três relações básicas: as de descendência (entre pai/filhos e/ ou mãe/filhos), de consangüinidade (entre irmãos) e de afinidade (criadas pelo casamento).⁷⁵

Dessa maneira, no casamento dentro das sociedades matrilineares, pode-se dizer que a figura do marido é secundária. Isso reflete até no comportamento sexual da mulher e na sua independência. Ela não deve fidelidade ao marido e sim ao seu clã. Dessa maneira, o clã tem muitos benefícios com o casamento. De igual forma, a institucionalização de solidariedades fortes, duradouras ou intensas entre marido e esposa não é compatível com a manutenção de grupos matrilineares. Um aspecto a ser relevado nessas relações é que se os laços do

⁷⁵ DURHAM, Eunice R. (1983), "Família e Reprodução Humana", in B. Franchetto et alii (orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 3 pp. 13-34.

casamento forem muito fortes, pode haver um conflito com os laços de descendência, pois estes podem ficar preteridos em detrimento do outro, o que causaria um desequilíbrio dentro da sociedade de lógica matrilinear. Junto a isso, as sociedades matrilineares não requerem o status de pai e marido da mesma forma que o status de mãe e esposa é indispensável em sistemas patrilineares.

Também a importância masculina é mais restrita em sociedades matrilineares, de forma que até sua contribuição biológica pode ser socialmente ignorada, pois é presente uma noção sobre a descendência – transmissão da linhagem – que ignora o papel masculino na concepção.

Já com relação aos filhos dessas uniões dentro da lógica matrilinear, tendo em vista que a descendência do grupo é dada por via da mulher, muito embora a linha de autoridade pertence ao homem, é possível dizer que os filhos pertencem à linhagem da mulher, não havendo a idéia de perpetuação do “sangue” masculino.

É de grande significado a questão de ser a mulher que transmite a herança. E, essa, se traduz em diferentes tipos: pode ser uma herança material, de propriedade, uma herança política, de papel social – como tarefas que são assumidas frente a comunidade – e também uma herança ritual ou espiritual frente a uma tradição ancestral. Junto a isso, nas sociedades matrilineares, os laços que se desenvolvem entre as crianças e seus pais são reprimidos, pois tendem a estar em direta competição com a autoridade do chefe da linhagem da mãe.

Já tais elementos se diferenciam em sociedades patrilineares, onde a descendência provém do homem e, conseqüentemente, a mulher tem o papel de carregar o filho que pertence à linhagem masculina. Em sistemas patrilineares, a autoridade da mãe é subordinada à do marido. De maneira que a mulher, por esses diferentes elementos, ocupa um espaço social secundário e subordinado.

Em Almada, a questão da matrilinearidade é narrada claramente, quando este fala das culturas tradicionais africanas. Uma representação disso está contida na narrativa sobre os povos Jalofos:

“Era costume antigo entre os jalofos herdarem os filhos os reinos; o qual se desfez, e não herdaram agora senão sobrinhos, filhos de irmãos de parte de mãe; e segundo contam ao antigos daquelas partes nasceu isto de um rei do império dos Jalofos, o qual veio a adoecer da lepra, e cobriu-se todo dela, de maneira que aborrido daquela enfermidade tão contagiosa não aparecia entre os seus, nem deles era visto. Governava-se o reino por um irmão seu e pelos velhos da terra, os quais são mui obedecidos de todas as nações dos negros e lhes dão sempre a mão. E estando o rei retraído pela causa de sua enfermidade, soube aí a que poucas jornadas estava um Caciz Jalofos, chamado naquelas partes Bixirim, vindo ali ter de pouco tempo, tido e havido por homem de boa vida, e que fazia mui ricas curas comervas

*e outras cousas. Sabendo o rei isto, mandou o chamar; o qual vindo diante dele, e (como esses Bixirins falam sempre pela boca do inimigo do gênero humano, o qual quer que lhe sempre sacrifiquem, e façam sacrifícios derramando sangue humano,) vendo ao rei da maneira que estava, lhe disse que não podia ser são, sem primeiro ser banhado no sangue de dois moços, filhos do mesmo rei; e que depois de ter feito isso, o curaria e seria são.*⁷⁶

Almada narra que o rei Jalofu pensou que não seria difícil degolar dois de seus muitos filhos. Então esse:

*“Chamou a duas mulheres de suas principais, as quais lhe amostravam, segundo lhe parecia, mais amor que todas as outras, (e pode ser que por vezes lhe teriam dito, que, se pudesse ser, elas tomariam aquela enfermidade, com tanto que tivesse ele saúde); e chamando-as lhes disse o que lhe dissera o Caciz. Elas ficaram perplexas e confusas, e estando assim, responderam ao rei que sua saúde era muito desejada, não diriam elas, delas que eram suas mulheres, mas de todo o povo que o desejava, mas sendo a troca de dois filhos, que ainda podiam ser rei daqueles reinos, era uma coisa mui rija em que não se podia falar, porque quando elas consentissem, pela obediência e amor que lhe tinham como mulheres suas, o povo sabendo-o não o consentiria, e se levantaria contra ele, e entregaria o reino ao seu irmão”*⁷⁷

Almada narra que o rei ficou muito abalado com a posição das suas esposas e ficou dias sem querer ser visto. Sabendo isso, duas irmãs do rei a ele se dirigiram e “o repreenderam por não se deixar ver”. Então:

*“(...) fez queixume às irmãs do que havia passado com as mulheres, e de como não lhe queriam dar, e consentir que se degolassem dois filhos dele e delas, para ele ser banhado no sangue deles para com isto ter remédio e ser curado. Disseram-lhes as irmãs que para ele ter saúde, elas e seus filhos se matassem, e ofereceram cada uma seu filho; e como naquelas partes os filhos dos irmãos e irmãs são tidos por filhos dos irmãos, e não chamam aos tios senão pais, e os tios a eles filhos, aceitou o rei a promessa das irmãs, e como o Caciz não recusou o não serem seus filhos, foram degolados e ele banhando no sangue deles, e daí por diante o foi curado e aplicando-lhes o remédio comervas e outras cousas que o demônio lhe amostrava, de maneira que foi o rei são.*⁷⁸

Depois desse caso, então, foi determinada uma lei – que segundo Almada passa a estar presente entre os Jalofos Barbacins e Mandingas, com excessão do Budumel – que regulamenta que a sucessão da linhagem se dá por via da mãe.

Também é possível perceber que nessas sociedades a exogamia é uma regra. O homem é assimilado pelo clã da mulher, competindo a autoridade já estabelecida, uma situação instável para o homem. Dessa maneira, a figura masculina mais proeminente nestas sociedades são os irmãos da mãe, no caso, os tios dos filhos. Pois, esses fazem parte da

⁷⁶ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.P.9.

⁷⁷ Opus cit. P.9.

⁷⁸ Opus cit. P.9-10.

linhagem, não são alóctones, como os maridos. E, outro dado interessante é a questão de que, dentro das lógicas de parentesco africanas, os tios são considerados pais, o que dentro da permanência do elemento da matrilinearidade é bastante relevante, pois a figura masculina mais importante, de autoridade sobre o filho, não é o pai biológico, mas sim o irmão da mãe, pois esse pertence à mesma linhagem da mulher, transmissora da mesma.

Junto a isso, é perceptível nessas sociedades a estreita ligação entre os irmã-irmão, criada por uma relação de interdependência: enquanto os irmãos dependem de suas irmãs para perpetuação da descendência, as irmãs dependem dos seus irmãos para transmitir as funções políticas e administrativas no clã aos filhos.

A ligação irmão-irmã é nítida também na fonte. Quando Almada descreve os Manes, uma das informações que dá é sobre um funeral de um capitão, onde sua irmã fez *“uma coisa horrenda e fineza grande, que foi tirar de um traçado que trazia na cinta, e pondo o dedo mínimo da mão esquerda sobre um cepo, ela mesmo o cortou, dizendo que por sentimento e memória de seu irmão”*.⁷⁹

Uma outra questão conceitual necessária é a definição de matrilocidade. Esse termo é usado pela antropologia para descrever sociedades onde a autoridade materna é baseada em relações domésticas, devido ao marido se juntar a família da esposa. Também pode ser chamado de uxorilocalidade. Essa lógica é recorrente em muitos povos da Guiné do Cabo Verde e é uma característica importante para compreender como os portugueses foram assimilados, via casamento, pelas linhagens tradicionais africanas.

Uma terceira questão bem mais controversa, tanto na questão conceitual quanto na análise da fonte, é o tema do matriarcado. Há a necessidade de discutir esse conceito neste trabalho que se propõe a analisar a história das mulheres que provém de sociedades tradicionais africanas. Há um longo debate antropológico sobre a questão do matriarcado. A falta de definição científica e erros de interpretação sobre o conceito e como ele se expressa contribuiu para um preconceito contra o termo, sofrendo uma série de distorções. Dessa maneira, em teoria, a sociedade dita matriarcal é o tipo de sociedade onde o poder é exercido pelas mulheres, em especial pelas mães.

Sweetman (1984), ao definir e discutir o que é uma sociedade matriarcal, diz que “muitos historiadores indicam em seus relatos a ideia de que houve um tempo em que as mulheres dominavam”⁸⁰ e que quando se pensa em ancestralidade africana, recorrentemente, se pensa em uma mulher como ancestral de um grupo. Acrescenta que esse ponto de vista teve

⁷⁹ Opus cit. P.82.

⁸⁰ SWEETMAN, David. Grandes mulheres da história africana. Nova Nordica. 1984 .P.8.

sua maior expressão no século XIX, quando foi formulada a teoria da “Idade do Ouro do Matriarcado”, a qual se refere a um período onde as primeiras sociedades eram dominadas por mulheres e os homens gradualmente afirmaram sua posição e conquistaram suas adversárias femininas. Junto a isso, a figura feminina de fertilidade foi substituída por Deus (ou deuses), uma figura masculina.

Consequentemente relaciona-se diretamente a idéia de primitivismo com a questão do matriarcado, onde as sociedades mais simples, denominadas primitivas pelo paradigma evolucionista, dentro de uma escala progressiva, seriam matriarcais e, no momento em que iam se tornando mais complexas, evoluíam, iam abandonando a característica matriarcal, organizando-se de forma patriarcal. As figuras femininas de fertilidade são relacionadas diretamente com as sociedades pensadas como “menos evoluídas”.

E, dentro desta linha de pensamento, mais do que relacionar diretamente as sociedades matriarcais com o primitivismo, essa teoria defendeu que as sociedades africanas em si eram primitivas, pois, todas as características elencadas dentro desta teoria eram percebidas nas sociedades africanas.

Pesquisadores, como Sweetman (1984), asseguram que todas as provas existentes desde os tempos mais recuados sobre o matriarcado nas sociedades mais antigas é falso e que, desde os tempos mais remotos as sociedades eram governadas pelos homens, apesar de haver a participação feminina, como aparece na África, no estatuto da rainha-mãe ou da irmã do rei. Também defende que não há nenhuma sociedade verdadeiramente matriarcal em qualquer localidade.

Em contraponto a isso, Abendorth⁸¹ defende a existência de sociedades matriarcais, apontado que tais são sempre matrilineares e, em seus estudos de caso nessas sociedades, é unânime a característica do sustento da comunidade ser provido pelo trabalho feminino. Devido a isso, as mulheres tem uma posição forte dentro das comunidades, muito embora essa seja contrabalançada com os poderes e funções do homens, o que resultaria em uma maior igualdade de gênero.

Em consonância com isso, Gomes Suárez (2008) também argumenta que a matrilinearidade e o matriarcado são elementos que influenciam em uma maior igualdade de gênero dentro das sociedades e dão a mulher um papel proeminente.

Sobre a questão do matriarcado dentro do espaço da Guiné do Cabo Verde no período estudado, não há nenhum registro claro nas fontes, muito embora as variáveis apresentadas

⁸¹ ABENDROTH, Heide Goettner. Matriarchal Societies and Modern Research on Matriarchy. In: <http://www.second-congress-matriarchal-studies.com/lecturers.html> (acessado em: 01-10-2013)

por Gomes Suárez e Abendroth vão de encontro com características singulares das sociedades desse espaço. Junto a isso, há o debate sobre a existência do matriarcado entre os povos bijagó, que habitam as ilhas de mesmo nome, na região da Guiné do Cabo Verde. A pesquisa antropológica mostra que na organização bijagó, as mulheres tem poderes de mando – e o debate gira em torno do conceito de matriarcado – e de igual forma há uma relação de paridade entre homens e mulheres⁸².

No estudo das fontes, foi possível detectar uma passagem no Tratado de Almada, quando este apresenta os povos Sumbas, que migraram do Rio Congo até a região dos rios da Guiné, caracterizados como um povo guerreiro. Então, o autor, quando fala dos chefes deste povo, declara, de forma obtusa, que:

*“Queriam dizer que o principal capitão dessa gente era mulher, e se afirmava ser assim, (...) se é mulher ou não, não tenho notícia certa (...)”*⁸³

Dessa maneira, aventa-se a possibilidade de haver uma espécie de poder político das mulheres presente nessa região em alguma das etnias de seu “mosaico”.

Tendo estes debates em vista, por fim, é possível afirmar, ao detectar que as etnias da região da Guiné do Cabo Verde eram, em sua maioria, organizadas de forma matrilinear, que tal variável tem grande importância para a compreensão da agência feminina pelo papel que as mulheres desempenham nessas sociedades.

4.2. A MULHER NO ESPAÇO DAS PRASAS

Os espaços por onde os agentes, as mulheres africanas, se movem também se dá dentro de um contexto comercial. Não é possível dissociar a agência feminina do espaço das “pragas”, os centros de trocas comerciais, que vão se desenvolvendo na região da Guiné do Cabo Verde a partir do século XVI devido à atividade econômica ligada ao comércio atlântico e ao trato de escravos. Havik caracteriza esses locais como:

“Espaços de interação orientados exclusivamente para as trocas comerciais, as pragas destacavam-se pela capacidade de assimilação e pela formação de novas práticas e de novas identidades, sem perder, contudo, as ligações com suas sociedades de origem. Como lugares de inserção e de integração de indivíduos e grupos de procedência africana ou atlântica, as pragas caracterizavam-se por um

⁸² GÓMEZ SUÁREZ, Agueda. Sistemas sexo/género “matriarcales”: los Bijagós (Guinea Bissau) y Los zapotecas (México). Charla. Universidad de Vigo. Ferrol, 2008.

⁸³ ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.P.79.

*habitus e um status marcadamente fluido, que lhes permitiram engendrar instituições próprias para a defesa dos seus interesses.*⁸⁴

Esses entrepostos comerciais, localizados ao longo da costa atlântica africana, tem sua gênese no século XVI – e continuarão em crescimento por dois séculos até o seu declínio – e são locais em que há a convergência de diversos interesses comerciais devido às trocas mercantis no Atlântico envolvendo Europa, África e América.

Dentre as diferentes prazas que se formaram na Guiné do Cabo Verde, um dos entrepostos comerciais mais proeminentes foi Cacheu. Soares apresenta um retrato de Cacheu em 1600 – que é elevada à categoria de vila nesta data:

*“uma aldeia de trinta e quatro braços de largo, antes menos que mais e nela até trinta ou quarenta casas de moradores brancos, algumas de adobe e madeira cobertas todas de palma e outras tantas palhotas de gente preta forra”*⁸⁵

Pela sua relevância, em 1615 é nomeado um Capitão para Cacheu – com as funções de ouvidor e administrador da fazenda régia⁸⁶. Já em 1625 esta se torna capitania. Dessa maneira, a autonomia da região da costa vai aumentando, com relação a sua anterior dependência das ilhas, em especial, a de Santiago de Cabo Verde, que entra em declínio.

Nesse período, os navios passaram a ir diretamente do reino e outras localidades à região da costa, sem passar pela alfândega da ilha. Nesse momento, Cacheu se tornou o maior porto exportador de escravos da Guiné do Cabo Verde.

Silva (1970) informa que com essa alteração e com o crescimento da importância das prazas da região costeira, modificações na vida econômica dos rios da Guiné foram sentidas, porém sempre manteve-se o tráfico de africanos escravizados como base da economia da região.

Com esse crescimento, os lançados e traficantes faziam seu comércio a partir de outros entrepostos comerciais não oficializados e nem controlados pela coroa, o que ao longo do século XVII foi uma preocupação de Portugal. Isso impulsionou a criação de novas

⁸⁴ HAVIK, Philip J. Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a Agência Feminina e Representações em Mudança na Guiné (séculos XIX e XX). Publicado em : Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas. Org. Selma Pantoja. Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006, p.63.

⁸⁵ SOARES, Maria João. “Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII”. Studia n.º 56/57. 2000. P. 204.

⁸⁶ Silva, p47.

povoações oficiais na região⁸⁷, que visavam o maior controle da metrópole sobre a colônia, como Farim⁸⁸ e Casamansa.

Segundo Havik (2006), nesse momento de criação de povoações na Guiné do Cabo Verde, concomitantemente com o declínio insular em termos econômicos junto a crises cíclicas de fomes, muitos dos habitantes das Ilhas refazem a vida na costa. Dessa forma, “o encontro de criollos das ilhas com nativos do continente promoveu a aculturação dos primeiros, não obstante estes continuavam a manter os laços com seus parentes insulares.”⁸⁹

As mulheres que habitavam espaço das prasad eram majoritariamente de descendência africana, tanto forras como escravas.⁹⁰ Segundo Havik (1997), essas mulheres comerciantes que viviam e trabalhavam no espaço das prasad mantinham seus laços com os povos vizinhos do interior, com as tabancas (aldeias) e a partir destas afirmavam sua função e protagonismo nos entrepostos comerciais.

Foi no espaço das prasad que se processou o hibridismo cultural que formou a sociedade luso-africana pelas uniões entre os europeus e as africanas. Tal se dava, pois a influência dos homens europeus, nos territórios africanos, dependia das redes de parentesco em que as suas parceiras estivessem inseridas e da habilidade usá-las a seu favor, em especial, em termos comerciais. Para os homens portugueses que se estabeleciam na África “a parceria com mulheres livres era condição sine qua non da atividade comercial”⁹¹.

Estas mulheres estavam ligadas a linhagens tradicionais africanas, e por essa razão, possuíam autoridade sobre áreas importantes para o sucesso nas atividades mercantis em território africano. De igual forma estavam inseridas nas redes de sociabilidade já instituídas e tinham pleno conhecimento dos códigos culturais, o que seus maridos, homens alóctones, não possuíam.

Para a mulher africana, casar com um estrangeiro conferia a ela o acesso ao diferente e a possibilidade de transitar entre os dois mundos, o seu, tradicional, africano, do âmbito da tabanca – aldeia – e o mundo das prasad, espaços comerciais atlânticos. Segundo Costa e Silva

⁸⁷ Segundo Silva, criou-se os Povoados de Geba (1630), Ziguichor (1642-1644), Farim (1642-1645) e Bissau (1669).

⁸⁸ Almada descreve a localidade de Farim: “As casas da dita povoação são de taipa como as de Casamança, delas sobradadas coberta de olas com grandes cercas de paus fincados a pique feito um muro de palha a que chamam Tapadas, e por dentro destas cercas vão as casas segundo a posse dos moradores” (p45)

⁸⁹ HAVIK, Philip J. Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a Agência Feminina e Representações em Mudança na Guiné (séculos XIX e XX). Publicado em : Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas. Org. Selma Pantoja. Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006.P.9.

⁹⁰ Opus cit. P. 11

⁹¹ HAVIK, Philip J. Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a Agência Feminina e Representações em Mudança na Guiné (séculos XIX e XX). Publicado em : Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas. Org. Selma Pantoja. Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006.P. 12.

(2002), as mulheres aprendem com os maridos como negociar com o europeu, de forma que foram se “aportuguesando”, enquanto os maridos se “africanizavam”.

Pode-se dizer que estes hibridismos são resultantes da característica dos espaços das “prças”⁹² e das relações ali instituídas, constituídas por dinâmicas fluídas e elásticas, o que reflete nas relações de gênero que ali se processaram. Tal é uma das variáveis que influencia na agência feminina.

Com relação a isso, Havik (2006) afirma que as “mulheres conseguiam, graças ao vazio de poder, criar base de grande poder econômico”.⁹³ Isso é devido também ao fato de que dentro desses conglomerados semi-urbanos e comerciais em que viviam os luso-africanos ocorria a ausência dos homens durante longos períodos, por razão de sua dedicação ao comércio atlântico.

Esses homens deixavam, então, a gerência dos negócios, dentro destes entrepostos comerciais, a ser realizado pelas esposas. E, isso aparece nos documentos administrativos pesquisados, onde constam registros de mulheres que são responsáveis pelos bens dos maridos. Também é recorrente a menção a mulheres viúvas, que herdaram a fortuna do marido e exercem funções de administração.

Um exemplo é a história de Isabel Anes, possivelmente africana mestiça, que foi casada com Fernão Rebelo, mais conhecido como o Negro, não se sabe se a alcunha foi dada pelo local de nascimento, pela cor da pele ou pelo tempo em que viveu na região da Guiné do Cabo Verde. O casal habitou as “partes da Guiné”, prestando serviços à coroa, provavelmente relacionados ao tráfico de escravos na região. Em data desconhecida, o casal se estabelece em Portugal. Fernão Rebelo morre e Isabel Anes fica viúva, porém vive uma boa vida em Portugal, pois recebe uma “mercê” da coroa pelos serviços prestados pela família nas “partes da Guiné”, assim como desfruta das e “liberdades por lei destinadas às viúvas”.⁹⁴

Outro caso é o da esposa de Diogo Álvares Vaquinha. Esta, muito embora aparecer nos registros sem nome foi administradora dos bens da família. Seu marido, Vaquinha, um mercador, fazia comércio de prata e pimenta malagueta na região da Guiné. Enquanto o marido comerciava, sua mulher administra os bens da família em terra, recebendo as quantias pelos trabalhos do marido, negociando com pessoas de cargos importantes na região, como Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Guiné.⁹⁵

⁹² Opus cit. P. 5.

⁹³ Opus cit. P. 5.

⁹⁴ Portugaliae Monumenta Africana. DOC. 20. 5 de Maio de 1490. ANTT. Chanc. D. João II, L. 13, fl. 13.

⁹⁵ Opus Cit. DOC. 126. 14 de J a n e i r o de 1496. ANTT .Chanc. D. Manuel, L. 32, fl. 62 v..Extras, fls. 250-250 v.

Escassas e pequenas biografias de mulheres sem nome, subjetivadas pela sua ligação com o marido, podem ser retiradas das fontes. Outro exemplo de pesquisa biográfica foi realizado por Havik (2002), que apresenta a trajetória biográfica de Bibiana Vaz de França, mulher que se transforma em comerciante e líder de um « gan » - grupo familiar - comercial, formado pela união da família europeia Vaz de França com grupos matrilineares Bañun e Pepel, de onde esta mulher provém. De igual forma, há a trajetória de Dona Simona, africana que casou com português, enriqueceu e fez sua vida em Lisboa. (Caldeira, 2007)

Essas trajetórias individuais de mulheres são representativas da agência das mesmas em um contexto comercial, tendo em comum o papel assumido de administração dos bens das famílias que se constituíram em uma sociedade resultante de um processo de hibridismo cultural. Muito embora vivendo dentro desse espaço híbrido, não rompem os laços com o espaço tradicional africano, a tabanca, possuindo trânsito entre um e outro, mantendo elementos deste no novo contexto resultante do encontro com a cultura alóctone.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou a análise dos encontros afro-atlânticos na região da Guiné do Cabo Verde, mostrando como se processou a formação de uma sociedade que tem como característica o hibridismo cultural, na passagem do século XVI para o XVII, a partir de fontes narrativas e administrativas. Dentro desse quadro social luso-africano complexo, a pesquisa teve como objeto as mulheres e sua agência. Para melhor compreender a história das mulheres no contexto já explicitado, foi necessário pesquisar quais as condições dessa sociedade, que possibilitaram tal agência, perguntando-se de que forma isso toma corpo e os dimensionamentos dentro da sociedade híbrida que este trabalho propõe analisar.

Dessa maneira, o trabalho avaliou essas questões a partir do resgate de alguns processos históricos, elencados como mais significativos, que ocorreram nessa região. Em primeiro lugar, tratou-se da Guiné do Cabo Verde antes do contato com os portugueses, mostrando que essa região se caracterizou por ser um “mosaico de etnias”. Logo após, apresentou-se como se deu o contato com os europeus, em específico com os portugueses, o qual resultou na formação de uma comunidade afro-portuguesa, resultante de um processo de hibridismo cultural, que foi composto, em especial, pela união conjugal entre os portugueses lançados e as mulheres africanas.

Dessa maneira, a pesquisa enfocou na análise da presença do elemento feminino dentro da sociedade híbrida, buscando o resgate da presença das mulheres dentro desses

processos históricos, tendo como fonte a narrativa de André Álvares D'Almada em conjunto com os documentos administrativos da presença portuguesa na África.

Em primeiro lugar, buscou-se os espaços por onde as mulheres se moviam, onde foi possível detectar o trânsito destas entre a tabanca e a prasa. Dessa maneira, concluiu-se que um dos fatores influentes na agência feminina é que tal se dá no trânsito, no movimento, no deslocamento entre um espaço e outro, sendo isso possibilitado pelas singularidades dessa sociedade resultante de um processo de hibridismo cultural.

Então, esta pesquisa aventou a hipótese de que foi devido à influência da cultura autóctone que a agência das mulheres, vista dentro dos espaços tradicionais africanos, foi possível também na sociedade híbrida. Pois é perceptível que o comportamento agencial das mulheres foi balizado pelos espaços e importância em que a cultura tradicional africana destina às mulheres, o que é visto, em especial, a partir do resgate do elemento da matrilinearidade, que é característico das etnias que compõe a região da Guiné do Cabo Verde. Este é um dos elementos tradicionais africanos que permaneceu, apesar dos processos de hibridismo cultural ocorridos na região.

Considerou-se que o elemento da matrilinearidade é um ajuste social que configura a estrutura da sociedade com uma maior igualdade entre os gêneros, dando à mulher um espaço maior que nas sociedades de lógica patrilinear. De igual maneira, essas sociedades matrilineares possuem arranjos sociais que dão às mulheres poderes e valor, no sentido de que este é elemento fundamental de alianças e mediações inter-culturais, de assimilação do outro dentro da lógica cultural africana.

Tendo problematizado estas questões, ao perceber a permanência de lógicas tradicionais africanas, em específico, a matrilinearidade, este trabalho defende a perspectiva de que essa foi uma forma de protagonismo africano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

ALMADA, André Alvares de. Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant'anna. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.

BRÁSIO, António (ed). Monumenta Missionaria Africana. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1961-1965, vols. 3-4

Portugaliae Monumenta Africana. Projecto “Pequena Nobreza e ‘nobreza da terra’ na construção do Império: os arquipélagos atlânticos” e Centro de História – IICT. Organização eletrônica: Miguel Jasmins Rodrigues. Lisboa, 2010.

Bibliografia

ABENDROTH, Heide Goettner. Matriarchal Societies and Modern Research on Matriarchy. In: <http://www.second-congress-matriarchal-studies.com/lecturers.html> (acessado em: 01-10-2013)

ABENDROTH, Heide Goettner. Modern matriarchal studies. Definitions, Scopes and Tropicality. In: <http://www.second-congress-matriarchal-studies.com/goettnerabendroth.html> (acessado em: 01-10-2013)

AKUE-GOEH, Michel. Mettre les femmes a leur place. In: “L’histoire des femmes en Afrique”. Groupe Afrique noire. Cahier n° 11. Centre national de la recherche scientifique. Université Paris VII.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

AMADIUME, Ifi. Reinventing Africa. Matriarchy, religion and culture. London. Zed Books. 1997.

AMSELLE, Jean-Loup (ed). Meztizo logics anthropology of identity in Africa and elsewhere. Stanford. Calif. Stanford University Press. 1998.

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Unisinos. 2003.

CABRAL, Iva. A representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XVI-XVIII. (Um estudo prosopográfico). In: Repositório digital de Cabo Verde <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/23/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Cabral%2C+Iva> (acesso em 10-2013)

CABRAL, Iva. As elites da Ribeira Grande (séculos XVI-XVIII): (Inquietações de um doutoramento). Disponível em: [http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/359/1/As%20elites%20da%20Ribeira%](http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/359/1/As%20elites%20da%20Ribeira%20)

20Grande%20-%20s%C3%A9culos%20XVI-XVIII.pdf (acesso em 10-2013)

CABRAL, Iva. SANTOS, Maria Emília Madeira. SOARES, Maria João. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (Séculos XVI-XVII). In: Repositório digital de Cabo Verde <http://portaldodoconhecimento.gov.cv/handle/10961/23/browse?type=author&order=AS&rpp=20&value=Cabral%2C+Iva> (acesso em 10-2013)

CAETANO, Ana. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. In: Sociologia, problemas e práticas, n.º 66, 2011.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII. In: Arquipélago. História". ISSN 0871-7664. 2ª série, vols. 11-12 (2007-2008).

CALDEIRA, Arlindo Manuel. Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe. Lisboa, Ed. Cosmos, 1999.

CARVALHO, Andreia Martins de. Os primeiros fidalgos da Guiné. In: Anais de História de Além-Mar, vol. II, Lisboa, CHAM, 2001, pp. 127-138.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África Pré-colonial. Revista AEDOS. UFRGS. Edição online.

COSTA E SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1996.

COSTA E SILVA, Alberto da. A manilha e o libambo: a África e a escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002.

DETIENNE, M. Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga. Edições Loyola. SP. 2008.

DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In : OGOT, Bethwell Allan (Ed). História Geral da África. Volume 5. UNESCO. 2010.

DIOP, Cheikh Anta. L'unité culturelle de l'Afrique noire : domaines du patriarcat et du matriarcat dans l'antiquité classique / Cheikh Anta Diop. - Paris : Présence africaine, 1959. - 203 p. ; 23 cm. - Collection présence africaine)

DURHAM, Eunice R. (1983), "Família e Reprodução Humana", in B. Franchetto et alii (orgs.), Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 3.

DULUQ, Sophie; BRUGALIÈRE, Marie-Christine. La femme dans l'organisation politique précoloniale. . In: "L'histoire des femmes en Afrique". Groupe Afrique noire. Cahier n° 11. Centre national de la recherche scientifique. Université Paris VII.

GARCIA, Yolande. Histoire de la famille en Afrique. In: "L'histoire des femmes en Afrique". Groupe Afrique noire. Cahier n° 11. Centre national de la recherche scientifique. Université Paris VII.

GODINHO, Susana Miguel. Novos possíveis: estratégias identitárias de mulheres oriundas da Guiné Bissau em Portugal. Primeira edição do Alto comissariado para imigração e diálogo intercultural. Teses 30. Set 2010.

GÓMEZ SUÁREZ, Agueda. Sistemas sexo/género "matriarcales": los Bijagós (Guinea Bissau) y Los zapotecas (México). Charla. Universidad de Vigo. Ferrol, 2008.

GRUZINSKI, Serge. O Pensamento Mestiço. São Paulo. Cia das Letras. 2001.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto. Tradução de J.L. Brandão, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

HAVIK, Philip J. "Matronas e Mandonas: parentesco e poder no feminino nos Rios de Guiné (século XVII)". In: Selma Pantoja, Entre Africas e Brasis. Brasília, Ed. Paralelo 15. 2001.

HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de género e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX. In: Revista Afro-Ásia, 27. 2002.

HAVIK, Philip J. Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na Costa da Guiné. In: Fernando Albuquerque Mourão (org.) A Dimensão Atlântica de África. Actas da II Reunião Internacional de História de África, São Paulo, CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES. 1997.

HAVIK, Philip J. Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a Agência Feminina e Representações em Mudança na Guiné (séculos XIX e XX). Publicado em : Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas. Org. Selma Pantoja. Brasília/Luanda, LGE/Nzila. 2006.

HENRY, Christiene. Homme du dehors, femme du dedans. La royauté villageoise des Añaki (archipel des Bijagós, Guinée Bissau). In: Journal des africanistes. Tome 61 fascicule 2. 1991.

HORTA, José da Silva. A "Guiné Do Cabo Verde": produção textual e representações (1578-1484). Lisboa, 2010.

HORTA. José da Silva. "O Nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos XVI-XVII)". 2007. Disponível no Centro Virtual Camões: http://cvc.institutocamoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf

KI-ZERBO Joseph. Para quando a África? Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro, PALLAS, 2006,

LEISTER, Fátima Cristina. Sondando vestígios: Fulas e Bijagós através do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946-1973). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

LOPES, Carlos. Construção de Identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde. *Africana Studia* nro 6. 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LOTH, Heinrich. *Woman in ancient Africa*. L. Hill & Company, 1987.

MARGARIDO, Alfredo. “Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus”. In: *Relações Europa-África no 3º Quartel do século XIX*. Seminário do Instituto de Ciência Tropical, Lisboa, 1989.

MEINTEL, Deirdre. Victimes ou protagonistes : les femmes et la guerre. *Anthropologie et Sociétés*, vol. 7, n° 1, 1983, p. 179-186.

MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. *A mulher a cultura a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OCHIAI, Emiko. The logic of female succession : rethinking patriarchy and patrilineality in global and historical perspective. Kyoto : International Research Center for Japanese Studies, 2002.

OSTERHAUS, Andre. Les revoltes des femmes en Afrique durant la periode coloniale. In: “L'histoire des femmes en Afrique”. Groupe Afrique noire. Cahier n° 11. Centre national de la recherche scientifique. Université Paris VII.

PEDRO, Joana Maria . Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero para a análise histórica. *História*. São Paulo. V.24. N.1. 2005.

PUGA, Rogério Miguel. “O discurso (etnográfico) da alteridade no Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1594) do Capitão André Álvares de Almada”. 2005. Disponível no Centro Virtual Camões: http://cvc.institutocamoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/rogerio_miguel_puga.pdf

ROBERTSON, Claire Klein Martin. *Women’s importance in African slave systems*. Heinemann, 1983

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. *Entre Mouros e Cristãos: Os Mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói. RJ. 2013.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1988), “Origem e desenvolvimento da colonização. Os primeiros lançados na costa da Guiné, “aventureiros e comerciantes”, em Luís de Albuquerque (ed.), *Portugalno mundo*, Editorial Verbo, Lisboa, pp. 125-136.

SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Mulatos, sua legitimação pela chancelaria regia no século XVI*. In: *Studia*.- n° 53 (1994), p. 237/246

SCHNEIDER, David Murray. *Matrilineal Kinship*. University of California Press. Berkeley, Los Angeles, Londres. 1961

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

SILVA, Filipa I. Ribeiro da. *A Inquisição em Cabo Verde e São Tomé*. In: revista portuguesa de ciência das religiões, lisboa, universidade lusófona de humanidades e tecnologias, centro de estudos em ciência das religiões. N.º 5/6. 2004.

SILVA, Maria da Graça Nolasco da. *Subsídios para o estudo dos lançados na Guiné*. BCGP, Bissau, n. 25, 1970, p. 25-40.

SOARES, Maria João. “Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII”. *Studia* n.º 56/57. 2000. P. 147-222.

SWEETMAN, David. *Grandes mulheres da história africana*. Nova Nordica. 1984 .

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. São Paulo: Campus, 2003.

PIMENTEL. *Um contributo para história de Cabo Verde e do Hospital de todos os Santos*. *Ellipsis: Journal of the American Portuguese Studies Association*. Vol. 6 (2008): 83-106.

WONDJI. *Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné*. In : OGOT, Bethwell Allan (Ed). *História Geral da África*. Volume 5. UNESCO. 2010.